

Artigos

DESENVOLVIMENTO E REPRODUÇÃO

Mariarosa Dalla Costa*

O texto parte de uma analogia entre o movimento zapatista de Chiapas, México e a resistência ecofeminista observada em várias regiões da Ásia e África. O capitalismo, no seu afã de submeter a natureza não poupa o equilíbrio sócio-biológico e a dignidade da força de trabalho, o que se verifica brutalmente nos projetos de "desenvolvimento" para o subcontinente indiano. Neste sentido é que se deve compreender a formulação política alternativa dos novos movimentos sociais do Terceiro Mundo - sobretudo feministas, que se opõem ao modelo de "desenvolvimento" oposto à vida e vêm colocar em questão o próprio trabalho não assalariado de reprodução da força de trabalho.

1. Zapata e os trabalhadores

Uma das imagens jornalísticas¹ mais marcantes de 1994 foi o cartaz de Zapata, com o olhar fixo e os ombros levemente arqueados, orgulhosamente exibido pelos "cobas" durante a passeata dos trabalhadores da indústria automobilística da Alfa Romeo, em Arese, Milão, fazendo uma verdadeira ponte entre a revolta mexicana de janeiro e as lutas dos desempregados e dos trabalhadores da indústria europeia avançada. Foi lançada uma ponte no tempo e espaço histórico, unindo as lutas contra a contínua expropriação 'primitiva' da terra e contra a expropriação pós-fordista da mão-de-obra, que traz consigo o desmantelamento progressivo do sistema público, de direitos e garantias sociais. A expropriação "primitiva" da terra que teve início há cinco séculos com o processo de cercamento de terra na Inglaterra e que

* Professora Associada em Sociologia Política da Facoltà di Scienze Politiche da Universidade de Pádua. Este artigo foi apresentado na Sessão 8 sobre Mulheres, Desenvolvimento e Trabalho Doméstico, no XIII Congresso Mundial de Sociologia, realizado em Bielefeld, Alemanha em 1994.

Foi recentemente publicado na Itália, em uma coletânea editada pela FrancoAngeli, contendo alguns dos trabalhos apresentados naquela sessão.

¹Ver *III Manifesto*, 8 de fevereiro de 1994. Muitos outros jornais usaram a mesma imagem. Os trabalhadores da manifestação foram liderados pelos Cobas, as comissões do povo criadas para negociar as condições de trabalhos sem passar pelas organizações sindicais tradicionais. O movimento tem agora uma comissão nacional de contatos.

perpetuou-se até hoje² nas formas mais recentes de colonização e exploração no Terceiro Mundo, está afora até fotograficamente ligada às formas contemporâneas de expropriação e criação de pobreza nos países capitalistas avançados.

Há cinco séculos a questão era como criar e impor aos homens e mulheres expropriados a disciplina de sistema de trabalho assalariado (que pressupunha o trabalho não assalariado), para dar início ao processo de acumulação capitalista. O problema se faz presente ainda hoje, na continuação deste modo de produção e de suas estratégias articuladas de desenvolvimento e de subdesenvolvimento. Nessa primeira fase do sistema, os instrumentos básicos usados para solucionar o problema foram a criação da pobreza em massa e da escassez, justamente com a imposição do terror e da violência, como também o relançamento da escravidão em escala ampliada.

A expropriação dos produtores livres de todos os meios de produção, como também dos recursos individuais e coletivos e dos direitos que asseguravam sua sobrevivência, foi objeto da análise bem conhecida de Marx no capítulo correspondente à acumulação primitiva (no *Capital*, vol. I. Parte 8, 1976), que nos remete ao processo de cercamento das terras comuns e a todas as outras medidas que o acompanharam, especialmente as leis sanguinárias contra os expropriados, as leis do rebaixamento de salários por Lei de Parlamento, a proibição das associações de trabalhadores. As leis de extensão compulsória da jornada de trabalho, um outro aspecto fundamental desse período que vai de meados do Século XIV ao final do Século XVII, são abordadas no *Capital*, Parte Três, Capítulo 10, em que o tema é a jornada de trabalho.³

Com relação à expropriação da terra, Marx observa: “O progresso do século XVIII consiste em ter tornado **a própria lei** o veículo que favorece o **roubo das terras pertencentes ao povo**, embora os grandes arrendatários também se utilizassem de pequenos métodos particulares. A forma parlamentar de roubo é a da Bills for Enclosures of Commons (Lei de cercamento das terras comuns), ou melhor, os decretos pelos quais os proprietários das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua

² Este é o tema da terceira parte de *Midnight Notes Collective* (1992)

³ Nas Conferências sobre o *Capital* que ministrei a cada ano, em 1970 dediquei alguns comentários à questão fundamental de duas tendências opostas que caracterizam a história da jornada de trabalho. Foram publicados posteriormente (Dalla Costa M., 1978). Nos cursos ministrados na universidade, continuo ilustrando alguns aspectos fundamentais do *Capital*, especialmente os relacionados com a acumulação primitiva. O processo social nesse período negligenciado por Marx no *Capital*, por exemplo a grande caça às bruxas, foi analisado pelas autoras feministas com quem trabalhei (Fortunati, 1981; Federici e Fortunati, 1984), com o objetivo de tornar mais nítida a divisão sexual capitalista de trabalho e a construção da individualidade das mulheres proletárias no capitalismo. Não é coincidência o fato desse período ser considerado crucial por várias correntes do pensamento feminista.

propriedade particular, decretos de expropriação do povo". (Marx, 1976, p. 885). Os pequenos métodos independentes de que trata o texto acima são explicados na nota de rodapé da mesma passagem, citando um relatório intitulado *A Political Inquiry into the Consequences of Enclosing Waste Lands* (A pesquisa política sobre as conseqüências do cercamento de terra não cultivadas): "Os arrendatários proibem os aldeões e as crianças de criar gado ou aves, alegando que para sustentá-los precisariam roubar alimentos de seus celeiros; também adotaram o lema: mantenha os aldeões pobres para que trabalhem mais arduamente etc.. Porém, o fato real, penso eu, é que os arrendatários usurpam todo o direito que os trabalhadores têm à terra comum"(Marx, 1975, p. 885, nota 15).

Esta nota de pé de página retrata muito bem o processo gradativo de expropriação usado para gerar a miséria e pobreza, essenciais para o estabelecimento da disciplina do trabalho assalariado. Entretanto, uma imagem igualmente poderosa nos é apresentada pelo isolamento de todos os seres vivos, que caracterizou e que tem caracterizado a condução humana do desenvolvimento capitalista. O ser humano é isolado não só de seus semelhantes, mas também da Natureza - aquele "outro" que se apresenta cada vez mais como um oposto que tem que ser "mercantilizado".

"Despojamento" e "isolamento" são na realidade as duas grandes denúncias, as duas grandes dimensões revolucionárias simbolizadas no cartaz de Zapata, cujo lema era "Tierra y Libertad". Em 1911, os seguidores de Zapata consideraram fundamental a questão de reapropriação da terra, pois esta oferecia a possibilidade de resgate de uma vida coletiva livre da miséria. Já nessa época, a reapropriação da terra apresentava uma complexidade de significados: a reapropriação de um território onde se podia expressar um sentido diferente de vida, de ação, de relações sociais e de trabalho; um lugar onde era possível imaginar e criar um futuro diferente. Segundo esse ponto de vista, a epopéia revolucionária de Zapata, que durou nove anos, é um dos maiores registros históricos que foi apagado da história oficial mexicana.

A explosão atual da rebelião zapatista mostra como o problema de reapropriação de terra continua sendo verdadeiro, mas também o quanto foi ampliado pelas questões complexas levantadas pelos movimentos do Norte e Sul relacionados com a questão da terra. "Terra", nesse contexto não se refere só ao meio de subsistência, que por si só já seria motivo bastante para o movimento de reapropriação, uma vez que muitas economias baseadas na relação não capitalista com a terra têm assegurado a possibilidade de vida durante milênios a um grande número de pessoas, a quem o desenvolvimento capitalista ofereceu somente fome e extinção. Também refere-se à terra como o planeta terra, o espaço aberto a ser desfrutado sem fronteiras;

a terra como ecossistema a ser preservado, fonte de vida, de beleza e de descoberta contínua; a terra como realidade material da qual fazemos parte, a ser reafirmada em oposição à exaltação da realidade virtual, especialmente pelos intelectuais do sexo masculino.

Mas, voltado a Marx (Capital, Vol. 1, 1976, Parte 8), a miséria começa a ser criada e perpetuada desde a **estipulação de um preço pela terra** até sua expropriação. Na realidade, a fixação de um preço para a terra foi a solução encontrada pelas colônias, onde o aspirante a capitalista não conseguia arranjar o número suficiente de trabalhadores assalariados. Quando os colonos chegavam ao seu destino, encontravam uma terra “livre” onde podiam se estabelecer e trabalhar independentemente. Já vimos que a expropriação da massa de pessoas da propriedade do solo constitui a base do modo de produção capitalista. A essência da colônia livre, por outro lado, está relacionada com o fato de o solo ainda ser propriedade pública; portanto, cada colono assentado pode transformar uma parte deste em sua propriedade e meio individual de produção, sem impedir que os que venham depois tenham a mesma oportunidade. E este é o segredo, não só da prosperidade das colônias, como também de sua aflição corrosiva - sua resistência ao estabelecimento do capital (1976,p.934). Nesse contexto, podemos deixar de lado a crítica óbvia de que a terra “pública” livremente ocupada pelos colonos na realidade pertencia aos nativos. Marx continua. “Lá (nas colônias) o regime capitalista se depara com o obstáculo representado pelo produtor, que proprietário de suas próprias condições de trabalho, usa a mão-de-obra visando o enriquecimento próprio, e não o capitalismo. A contradição entre esses dois sistemas econômicos diametralmente opostos tem sua manifestação prática na luta entre eles. Enquanto o capitalista tem como base o poder da mãe-pátria, tenta usar a força para eliminar os modos de produção e de apropriação que se baseiam no trabalho pessoal do produtor independente”. (1976, p.931). Nesse contexto, Wakefield, o economista citado por Marx, proclama em voz alta o antagonismo entre os dois modos de produção: “Para atingir esse objetivo, ele demonstra que para o desenvolvimento da produtividade social da mão-de-obra, da cooperação, da divisão de trabalho, do emprego do maquinário em larga escala, e daí por diante, é imprescindível a expropriação dos trabalhadores e a transformação de seus meios de produção em capital” (1976, p.932).

A teoria de colonização de Wakefield, chamada de ‘colonização sistemática’ tenta resolver o problema de garantia de abastecimento adequado de mão-de-obra para atender às necessidades do capitalismo, que, segundo Marx, a Inglaterra tentou impor por Lei do Parlamento. À teoria de Wakefield, Marx acrescenta (1976, p.938): “Se os homens estivessem dispostos a transformar toda a terra pública em propriedade privada de um só golpe, certamente cortariam o mal pela raiz, mas também destruiriam - a colônia. O

truque é matar dois coelhos com uma só cajadada. Deixar o governo estipular um preço artificial para o solo virgem, um preço independente da lei de oferta e procura, um preço que obriga o imigrante a trabalhar durante um longo tempo como assalariado até ganhar o suficiente para comprar terras e se tornar um arrendatário independente. O fundo resultante da venda de terra a preço relativamente proibitivo para os trabalhadores assalariados, este fundo monetário extorquido dos salários dos trabalhadores pela violação da lei sagrada da oferta e da procura, seria aplicado pelo governo em proporção ao crescimento, na importação de pobres da Europa para as colônias, de modo a manter o mercado de mão-de-obra assalariada abastecido para os capitalistas. “Marx também ressaltou que o preço da terra estipulado pelo estado deve ser ‘suficiente’, que ele explica citando Wakefield (1822, vol II, p. 192) deve ser alto o suficiente “para evitar que os trabalhadores se tornem proprietários independente, até que cheguem outros para assumir o lugar que ocupavam.”

A estipulação do preço da terra virgem não é vista mais como lembrança de um problema do passado, como também não o são as expropriações da acumulação primitiva de capital em Marx. Atualmente, a estipulação do preço de uma terra e a expropriação pela ilegalidade, pseudo-legalidade e violência são questões da agenda de todo o Terceiro Mundo, onde a expansão capitalista está tentando quebrar as economias e sociedades baseadas numa relação diferente com a terra; tipos de economia que garantem a subsistência desde os tempos imemoriais, e que pelos mesmos símbolos resistem à disciplina do trabalho assalariado e ao isolamento, fome e morte que usualmente acompanham sua imposição. Silvia Federici (1993) e George Caffentzis (1993) ressaltam o fato decisivo da estipulação do preço da terra nas políticas voltadas para o “desenvolvimento” do continente africano. Em seus estudos sobre a África subsahariana - a Nigéria em particular - enfatizam a importância dessa medida do ponto de vista do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos investidores, sublinhando como esse procedimento tornou-se um campo de batalha e de resistência por parte da população.

Obviamente, hoje em dia, existem muitas outras políticas que fomentam a fome e a miséria, que vão desde o rebaixamento do preço de exportação dos produtos agrícolas, deixando na miséria os agricultores do Terceiro Mundo, às políticas que caracterizaram internacionalmente o período da assim chamada crise da dívida. Entretanto, essas questões foram abordadas num conjunto recente de trabalhos (Dalla Costa M. e Dalla Costa G.G., eds., 1993), abordado extensivamente pelas Midnight Notes Collective (1992).

Este artigo se concentra nos dois processos principais, a expropriação e a estipulação do preço da terra, que apesar de comumente ignorados, ainda permanecem essenciais para tirar proveito do Terceiro Mundo, como ocorreu na Europa durante a aurora do capitalismo. Na realidade, a estratégia atual de desenvolvimento do modo capitalista de produção baseada na “revolução da informática” continua a implicar a estratégia de subdesenvolvimento que pressupõe a fome e miséria, para perpetuar a recriação e a reestratificação da classe operária global.

Obviamente, a imposição continuada da disciplina de trabalho-assalariado a nível mundial não quer dizer que todos que foram expropriados estão destinados a se tornarem trabalhadores assalariados. Hoje, como também há cinco séculos, este será o destino de uma pequena parcela da população; os que encontram emprego nas sweat shops* do Terceiro Mundo, onde são explorados ou nos países para onde emigram. Outros vão se deparar unicamente com o futuro de morte por inanição, o que explica a tenacidade de resistência e a obstinação das lutas. E, voltando ao cartaz em Milão, ele explica a revolta em Chiapas. Visto como um todo, o preço do desenvolvimento capitalista, com suas facetas de desenvolvimento e subdesenvolvimento é insustentável, pois baseia-se na morte. A questão principal, conforme já tive oportunidade de argumentar, (Dalla Costa M., 1993) é que do ponto de vista humano, o desenvolvimento capitalista é insustentável, porque desde sua origem assumiu e continua a assumir o extermínio e a fome de uma parcela cada vez maior da humanidade. O fato de ter sido fundamentado numa relação de classe e de ter que reforçar continuamente essa relação a nível global, entrando em conflito com o poder que a classe dos assalariados ou não assalariados, homens e mulheres, construíram pela luta e resistência, simplesmente faz com que a insustentabilidade original se torne mais ampla e letal.

Os mecanismos que visam gerar a fome, a pobreza e a morte têm acompanhado a expropriação contínua e progressiva da terra e seu lucro como mercadoria/capital tem sido redefinido em termos ideológicos e tecnológicos. “As políticas de alimentos” ativadas oficialmente neste século para resolver ou aliviar o problema da nutrição insuficiente, sempre estiveram intimamente ligadas às ‘reformas’ da relação com a terra. O resultado foi uma nutrição melhor para alguns, nutrição insuficiente ou fome para muitos, e acima de tudo um instrumento poderoso de controle social, rompendo a estrutura criada por vários segmentos mundiais da população visando alcançar uma melhor nutrição e um nível geral de vida, como um todo.

*N.T. Estabelecimentos que exploram os empregados exigindo-lhes trabalho excessivo e pagando-lhes salário de fome.

As 'reformas sociais' que caracterizaram essas políticas estiveram sempre ligadas às novas divisões e a uma nova hierarquia entre os assalariados e não assalariados, como também dentro desses dois grupos. O ensaio de Harry Cleaver (1977) continua sendo fundamental, devido à análise e globalidade de suas informações, como também por relatar as inúmeras lutas e os modelos adotados por essas políticas para combatê-las. Concordamos plenamente com a hipótese de que as crises alimentares são criadas essencialmente pela economia política do capitalismo. Conforme esse autor relata, é interessante observar como os experimentos realizados pela Fundação Rockefeller na China em 1920 e 1930 demonstram nitidamente o efeito apaziguador que um melhor suprimento de alimentos, aliado às medidas de reforma agrária, exercia sobre a inquietação dos camponeses. Em 1950, os políticos ainda estavam falando sobre a política do arroz da Ásia, como um instrumento para deter a revolta dos camponeses em grandes partes daquele continente. Mais tarde, a questão tornou-se oficialmente uma questão humanitária.

Por outro lado, a Revolução Verde entrou em vigor no Ocidente e no Oriente em 1960, baseado-se, ao mesmo tempo, no salto tecnológico da produção mecânica, química e biológica da política agrícola. O objetivo era empregar os princípios keynesianos na agricultura, ou, em outras palavras, atingir o aumento dos salários acoplado a um aumento de produtividade. Mas, conforme Cleaver argumenta, toda essa história de ruptura tecnológica na agricultura estava ligada à decomposição do poder de classe dos assalariados e dos não assalariados, à contínua criação de novas divisões e hierarquias, e à expulsão progressiva dos trabalhadores que tinham diferentes formas de relação com a agricultura.

A tecnologia agrícola, que ocasionou a expropriação e a expulsão da terra dos trabalhadores não assalariados que dela tiravam seu sustento e dos trabalhadores agrícolas assalariados, desalojados pela contínua mudança tecnológica, por estar tão intimamente ligada à questão de posse de grandes extensões agrícolas, foi-se tornando cada vez mais o foco de crítica e análise das intelectuais feministas. Muito importante é o trabalho de Vandana Shiva (1990), cuja abordagem é não-marxista, que usa categorias feministas contra a ciência reducionista machista. Física notável, Vandana Shiva abandonou o programa nuclear da Índia porque percebeu que a "reação dos sistemas nucleares dentro dos sistemas de vida" estava sendo mantida em segredo para a população. Em sua obra bem conhecida *Staying Alive: Women, Ecology and Development* (1989) (Mantendo-se viva; mulheres, ecologia e desenvolvimento) ela ilustra a perda sistemática e grave de recursos para a saúde e subsistência mediante a redução da biodiversidade imposta na Índia pela política agrícola das últimas décadas; a dependência e pobreza criada pela imposição de novos híbridos de laboratório, a seca e os

desastres humanos e ambientais criadas pelas barragens e a irracionalidade destas em relação à forma antiga de controle de água. Em sua análise, Shiva revive a história do cercamento, a expropriação e a comercialização, não só da terra como também de suas plantas, animais e águas, voltando-se para os acontecimentos das últimas décadas. Outros trabalhos importantes pertencem à corrente ecofeminista; em primeiro lugar o trabalho de Maria Mies (1986) o de Mies com Shiva (1993)), para mencionar somente os mais famosos. O livro de Mary Mellor (1992), embora tenha muitos pontos comuns com os estudos mencionados acima, volta-se mais para a definição de "socialismo verde feminista".

Compartilho com a análise crítica desenvolvida durante o desabrochar dos estudos feministas, que se concentram na relação entre os seres humanos e a natureza, e na relação entre o Norte e o Sul. Aqui, não há espaço para comparar nossas posições de forma mais abrangente. Mas posso ressaltar que algumas estudiosas ecofeministas voltam-se basicamente para as formas de luta e resistência no Terceiro Mundo, enquanto vêem o Primeiro Mundo como área de consumo excessivo, de onde se origina a afirmação da necessidade de redução de produção e consumo. Afirmamos, eu e o círculo de estudiosas com quem trabalho desde o início da década de setenta, que além de olharmos as lutas do Terceiro Mundo, devemos dar mais atenção às áreas capitalistas adiantadas, não só como fonte de consumo, mas também como um lugar de trabalho, razão pela qual enfatizamos a importância das lutas dos assalariados e não assalariados ali travadas, e sua relação com as lutas em outras áreas. Também precisamos analisar o consumo de uma forma mais articulada. Por definição, na realidade, o consumo dos trabalhadores, obviamente incluindo o das donas de casa, nunca foi muito alto, e atualmente está sendo drasticamente reduzido. Mas essas são apenas algumas sugestões para um debate a ser apresentado futuramente.

Agora retomemos nosso discurso. Em relação à água e à seca Vandana Shiva (1989) diz: " A seca, tanto na Índia quanto na África não é um desastre natural; foi provocada pelo homem. A questão da água e escassez da água foi a tônica na década de 80, no que se refere às lutas pela sobrevivência no subcontinente. A indústria da seca e da desertificação é resultante do conhecimento reducionista e dos modelos de desenvolvimento que violam os ciclos de vida dos rios, do solo e das montanhas. Os rios estão secando porque suas bacias foram minadas, desmatadas ou supercultivadas para gerar receita e lucro. Os lençóis de água estão secando porque foram esgotados para irrigar as colheitas lucrativas. Várias aldeias seguidas estão sendo privadas de suas bases de existência, de suas fontes de água potável, e o número de aldeias sem água está em proporção direta com o

número de 'esquemas' implementados pelas agências de governo para "desenvolver a água" (p. 179).

"A exploração comercial das florestas, o esgotamento dos lençóis de água para agricultura e o reflorestamento inadequado são os maiores responsáveis pela crise da água"(p. 181).

Vandana Shiva cita várias vezes o que os renomados engenheiros britânicos, que aprenderam a controlar a água graças às técnicas nativas da Índia, comentavam sobre o "sofisticado senso de engenharia, fundamentado na preocupação ecológica, que possibilitou o uso da irrigação na Índia". O Major Arthur Cotton, a quem é atribuído o papel de "fundador" dos programas modernos de irrigação escreveu em 1874:

"Há uma profusão de obras nativas antigas espalhadas pela Índia... São obras nobres, que mostram coragem e talento de engenharia. Têm resistido à centenas de anos... A primeira vez que cheguei à Índia, chamou-me a atenção o desprezo com o qual os nativos, de forma justificada, se referiam a nós pela desatenção que demonstrávamos pelas melhorias materiais; diziam que éramos um tipo de selvagens civilizados, altamente habilitados em termos de luta, mas tão inferiores aos seus grande homens que nem sequer conseguíamos reparar as obras que eles haviam construído, quanto mais imitá-los ampliando o sistema"(p. 189).

A Companhia das Índias Orientais, como Vandana Shiva acrescenta, controlou o delta do Kaveri em 1799, mas não foi capaz de controlar a elevação do leito do rio. Os funcionários da companhia lutaram durante um quarto de século; finalmente, usando a tecnologia nativa, Cotton conseguiu solucionar o problema renovando o Grand Anicut. Escreveu mais tarde: "Foi com eles (os nativos indianos) que aprendemos a fazer uma fundação na areia solta de profundidade incomensurável... Os sistemas de irrigação do rio Madras, executados por nossos engenheiros, desde o começo tornaram-se o maior sucesso financeiro em termos de obra de engenharia mundial, basicamente porque aprendemos com eles. Com essa lição sobre fundações, construímos pontes, açudes, aquedutos e vários tipos de obras hidráulicas. ... Assim, somos profundamente devedores dos engenheiros nativos."

Mas a lição foi suprimida pelo fluxo da ciência capitalista de desenvolvimento/lucro, que Vandana Shiva chama de "maldesenvolvimento"⁴. Entre 1700 a 1800 os engenheiros ingleses reconheceram que a tecnologia e conhecimento indiano procuravam preservar os recursos hídricos, tornando-os acessíveis a todas as pessoas da região. Atualmente os projetos capitalistas

⁴ O termo maldesenvolvimento e seu equivalente francês maldevelopment foram originalmente cunhados tendo-se em mente um sentimento biológico e não político. Fica clara a referência à idéia de que esse tipo de desenvolvimento errado é idéia do sexo masculino.

de administração da água provocam as secas e negam a sobrevivência a populações inteiras. Uma mulher do estado de Maharashtra, na Índia, canta contra a barragem que teve que ajudar a construir, para irrigar a plantação de cana, enquanto mulheres e crianças morrem de sede (Shiva, 1989):

*Na construção desta barragem
estou enterrando minha vida,
O dia rompeu,
e não há mais farinha na pedra mó*

*Hoje vamos comer as migalhas de ontem
O sol surgiu
enchendo-me de tristeza
escondo meu bebê na cesta
tento conter as lágrimas
e vou construir a barragem*

*A barragem está pronta,
para molhar seus campos de cana
deixando a plantação viçosa e úmida
Enquanto percorro léguas e léguas na floresta,
procurando uma gota de água para beber
molho a vegetação com as gotas de meu suor
e as folhas secas cobrem a terra ressecada do meu quintal*

A resposta a este “cercamento” insensato da água tornou-se cada vez mais um problema para a agenda dos programas políticos que controlam e lutam contra este tipo de projetos. O futuro imediato mostrará os efeitos deste esforço. Um exemplo é o plano de controle de enchentes de Bangladesh (Del Genio, 1994), apresentado pelo Banco Mundial em Londres em dezembro de 1989. Muito embora alegassem ser diferente dos projetos anteriores, devido a seu baixo impacto no meio ambiente, as outras estimativas de impacto foram tão drásticas, que em maio de 1993 instituiu-se em Strasbourg uma coalizão internacional de organizações contrárias à canalização dos rios proposta pelo Banco Mundial.

Considerando-se simplesmente o impacto humano imediato, se para a construção da represa de Narmada, na Índia, seria necessário evacuar 500.000 habitantes, o que originou uma forte oposição de “tribais” e das suas organizações de apoio, para implantar-se o Plano de Ação contra Enchentes (FAP) de Bangladesh, coordenado pelo Banco Mundial em benefício do Grupo dos Sete, seria necessária a transferência forçada de 5-8 milhões de pessoas, num território cuja densidade populacional é 10 vezes superior à da Índia.

O artigo de Del Genio mostra as razões citadas para justificar o plano - de um lado, as hipóteses mistificadas e do outro lado, as técnicas letais da Revolução Verde. O plano insiste na necessidade de “propagar a agricultura moderna mecanizada, capaz de lidar com a crise dos alimentos”, de forma a aumentar o cultivo de variedades de arroz de alta produtividade desenvolvidas recentemente, mas que, por sua vez requerem muita água e um sistema de controle de enchentes e de irrigação para garantir seu cultivo.

As desvantagens de variedades de alta produtividade incluem a dependência do mercado e dos laboratórios, uma vez que não conseguem se reproduzir, acarretando a redução da diversidade genética das sementes locais. A conscientização das desvantagens está crescendo no mundo, e as organizações de trabalhadores rurais estão opondo-se às melhorias agrícolas supostamente mais apropriadas para satisfazer suas necessidades nutricionais. Em relação ao controle das enchentes, as que ocorrem anualmente trazem nutrientes que garantem a fertilidade do solo e elevam o lençol de água, à medida que se expandem pela planície. Outras, as enchentes puramente destrutivas, precisam ser controladas por métodos diferentes dos já planejados, no caso de atingir o objetivo sem destruir o ambiente, incluindo os seres humanos que fazem parte dele. Em relação a esta questão, convém lembrar o nível de sofisticação alcançado na biodiversidade pela cooperação de longa duração entre seres humanos e a natureza; dentre as centenas de variedades de arroz desenvolvidas em resposta à demanda de território e de clima, uma sub-variedade chamada de Amam pode crescer mais de 15 cm em apenas 24 horas, caso o nível da água se eleve.

Quanto à imposição de transferência de 5-8 milhões de pessoas isso é inconcebível, uma vez que erradicar uma população é como cortar as raízes de uma árvore, neste caso as de uma floresta inteira. A primeira questão óbvia que me vem a cabeça é: onde e como eles pensam que os camponeses vão arranjar o dinheiro necessário para arcar com os custos da modernização agrícola (maquinário, fertilizantes)? A resposta é a mesma e repete-se mais de mil vezes em toda a história da Revolução Verde: só os grandes proprietários e as grandes empresas podem fazê-lo. E os outros? Neste ínterim, o trabalho já começou. A resistência e a oposição já estão sendo organizadas pelos trabalhadores e por muitos dos que defendem seus interesses nas redes internacionais. Pensamos imediatamente na represa de Asswan, como também o quanto representou em termos de perda de nutrientes do solo para os camponeses que dele tiravam seu sustento, sem considerar outras conseqüências graves que provocou.

Sem mencionar a parte da Núbia que foi alagada, enterrando assim as relíquias mais importantes daquela civilização, e o abandono das terras por aqueles que viveram lá. Mas este é só um caso dentre os inúmeros que

podemos citar. Quando estive no Egito, em 1989, cogitava-se em transformar o Mar Vermelho num lago. Espero que o crescimento dos movimentos ecológicos, dos movimentos das populações nativas e outros tenham relegado este projeto aos pesadelos de uma era passada.

Retomando a leitura de Vandana Shiva, as mesmas observações que ela e outros estudiosos fizeram em relação às represas e aos vários outros projetos de administração de água no Terceiro Mundo, também se aplicam muito bem à tecnologia que lhe é imposta sobre vários aspectos: as formas de agricultura, a criação de gado, a destruição das florestas para cultivo de lavouras de exportação; a destruição da biodiversidade, do equilíbrio reológico e dos ciclos de vida que garantiam a subsistência; a produção de lucro para as grandes companhias e a negação da sobrevivência das populações.

Muito embora sua postura cultural e teórica seja bem diferente do marxismo, quando Vandana Shiva interpreta a lógica que move o cercamento contínuo dos segmentos da natureza e seus efeitos, ela não hesita em concluir que as bases da acumulação capitalista são a ciência e a prática da cultura da morte. Seu mérito é ter contribuído para chamar a atenção internacional para lutas e movimentos dantes ignorados ou negligenciados. Queremos defender aqui que o movimento Chipko, onde as mulheres permanecem na floresta abraçadas às árvores, mesmo durante a noite, para impedir que sejam derrubadas pelas serrarias, deve ser colocado no mesmo nível que as lutas contra as várias formas de expropriação e a agressão contra direitos individuais e coletivos em diferentes partes do mundo - não só o direito de sobrevivência ou de uma vida melhor, mas o direito de autodeterminação do próprio futuro.

O sistema econômico e a vida das 'tribais'⁵ indianas que deram vida ao movimento Chipko, e que é foco de estudos e da atividade prática de Vandana Shiva, baseia-se na combinação de agricultura, criação de gado e o uso/preservação das florestas. A floresta tem um aspecto fundamental e multifacetado em todo este sistema. As florestas produzem "solo, água e ar puro", cantam as mulheres Chipko (Shiva, 1989, p. 77), desempenhando um papel importante de nutrição. As mulheres Chipko dizem que independente das crises que possam atingir às colheitas ou às criações, se houver uma floresta as crianças nunca passarão fome. Assim, o abraçar as árvores para

⁵A Índia tem aproximadamente 50 milhões de membros dos esquemas tribais, reconhecidos pela Constituição Indiana devido a sua situação especial de desvantagem. Encontram-se mais extensivamente nos estados de Orissa, Andhra Pradesh e Maryana e quando muito são marginalmente integrados na economia de mercado. Sua organização social específica tende a ser não-masculinista e em geral equalitária, com uma abordagem 'sustentável' em relação aos recursos naturais. Mas como são consideradas sem casta são desprezados e explorados como mão-de-obra barata ou não paga quando são forçados a se juntar às unidades agrícolas ou industriais. Conseqüentemente, o termo "tribais" em relação à Índia não possui cunho socio-antropológico, e nem também jurídico.

evitar que sejam derrubadas é como ocupar a terra para não permitir sua expropriação, ou lutar para defender os empregos, salários ou uma renda garantida, quando a sobrevivência depende exclusivamente do dinheiro. É o que constatamos, se quisermos chamar atenção como as partes diferentes do corpo social operante lutam de forma atual e diversa contra o mesmo sistema, que as explora e assedia de diversas maneiras.

Este fato é importante para dar uma idéia de geral de como a oposição a esta forma de desenvolvimento está aumentando a nível mundial, recusando-se a pagar seu preço, enquanto busca outros caminhos para um futuro diferente. Mas acho que cada vez mais são essenciais as lutas das mulheres Chipko e todos os outros movimentos que visam a manutenção e a defesa de experiência antiga e do conhecimento do relacionamento da humanidade com a natureza para todos nós. Na realidade, o debate político nas 'áreas adiantadas' dando força à voz daqueles que se recusam a pagar o preço deste desenvolvimento, também tem necessariamente que ser um debate ecológico.

As outras grandes denúncias feitas por Vandana Shiva, cuja obra abordei aqui de forma sucinta, por representar toda uma escola de estudos feministas desenvolvido pelas mulheres em vários segmentos do Sul em todo o mundo, dizem respeito à manipulação genética das espécies vivas. Assim, ao lado da violação dos recursos nutritivos de comunidades inteiras observa-se a questão da manipulação genéticas das espécies, um tópico que atraiu muita atenção dos vários círculos de estudiosas e ativistas feministas nos últimos anos.

"Com a engenharia penetrando a ciência da vida, chega ao fim a renovação da vida como sistema de auto-reprodução. A vida agora deve ser construída pela engenharia e não reproduzida. Cria-se um novo conjunto de mercadorias como insumo e uma nova mercadoria como produto. A vida por si só é a mercadoria nova".... (Shiva, 1989, p. 91). "O mercado e a fábrica definem a "melhoria" buscada pelas novas biotecnologias.... A integridade e diversidade da natureza e as necessidades dos povos estão sendo violadas simultaneamente" (Shiva, 1989, p92).

A tendência biotecnológica é combinada com a determinação de patentear e "estocar em banco" a herança genética das espécies vivas. Esta questão foi denunciada pelo encontro das mulheres em Miami quando se preparavam para a conferência no Rio (Agenda 21 de Ação das Mulheres, 1991); uma oposição compartilhada amplamente. Depois de patentear o algodão, as empresas agro-industriais querem fazer o mesmo com o arroz e a soja, dois gêneros alimentícios essenciais à algumas parcelas da população mundial. Cada vez mais o alimento - que já era difícil de obter devido à combinação de expropriação da terra, inovações tecnológicas na agricultura

e a proporção de preços e salários (quando há algum) - é manipulado, colocado fora de alcance, privatizado, monopolizado, patenteado, "estocado em banco". Um novo cercamento. Proibida a entrada: Comida!

Nesta parábola da conquista tecnológica sobre a natureza, a expropriação atinge seu apogeu: os seres humanos estão sendo expropriados, como também as espécies vivas, a própria força reprodutiva da terra está sendo expropriada, sendo transformada em capital. Este modo de produção finge capitalizar a geração e a reprodução da vida. O caminho percorrido é muito longo desde que os capitalistas, indiferentes à vida, satisfaziam-se somente em apropriar-se de um número excessivo de horas de trabalho⁶, ou simplesmente se iludiam em transformar toda a vida em trabalho, e nessa trajetória, ignorando a contradição da exploração simultânea do tempo livre e do trabalho escravo, tornando árida a vida dos trabalhadores livres, por um lado, e por outro acorrentando massas de vida humana como se fossem escravos.

Mas, a amplitude das várias rebeliões e lutas no mundo que rejeita este tipo de desenvolvimento é acompanhada pelas formas de domínio e estruturas massivas, letais e monstruosas. Considerando somente o passado mais recente, a partir da Guerra do Golfo, a característica cada vez mais bélica deste desenvolvimento sem dúvida gerou uma escalada de guerra, não deixando quaisquer dúvidas quanto a ter suas bases na ciência e na prática da morte. Podemos explicar a alusão às guerras do Golfo, da ex-Iugoslávia, da Somália, de Ruanda-Burundi, por serem as guerras que receberam melhor cobertura da mídia nos últimos três ou quatro anos. Certamente não pretendemos subestimar o número de guerras que aconteceram em várias partes do mundo, sem nunca terem-se tornado notícias.

No mínimo, a escalada bélica nos últimos anos confirmou o vazio que as grandes potências expressam sobre o desarmamento. Ao invés disso, a guerra tornou-se cada vez mais o instrumento disciplinador por excelência do corpo social operante a nível global, por meio da aniquilação, terror, divisão, deportação e rebaixamento das condições e expectativas de vida. Em suma, quando os seres humanos não são massacrados diretamente, são cada vez mais "cercados" em campos de refugiados e em situações de guerra de campos de concentração um pouco disfarçados.

No entanto, ao mesmo tempo é revelada a outra face da guerra cada vez mais nitidamente, como forma de desenvolvimento, pela monstruosidade crescente das empresas geradas por seus laboratórios macabros. Reconhece-se que a guerra faz parte de um grande laboratório, e uma vez que a

⁶O "Capital" não questiona a duração da vida da força do trabalho"... O que a experiência normalmente mostra em relação ao capitalismo, é um excesso constante de população..."Après moi le déluge! é o lema de cada capitalista e de cada nação capitalista"(Marx, 1976, Livro 1, p. 376,380,381).

voracidade da tecnológica capitalista começou a perseguir a vida numa tentativa de roubar e capitalizar seus segredos, a morte foi sendo cada vez mais descoberta como terreno novo de lucro. Neste caso, também, a mudança é da indiferença “primitiva” à massa de morte de indivíduos expropriados de seus meios de produção e sustento, até a identificação da morte de corpos mortos, ou corpos destinados a morrer de forma indiferente, para poder experimentar novas tecnologias ou comercializar parte dos corpos em tráfico de órgãos. A guerra, além dos mercados tradicionais e consolidados de armas, das reconstruções pós-guerra e dos experimentos técnico-industriais em que se baseia a “economia-de-paz, oferece hoje, acima de tudo, a maior massa de cobais mortas/vivas, em que são testadas as novas tecnologias aplicadas numa escala de massa para adquirir maior conhecimento do corpo e de como operá-lo. Aqui também fica bem claro como o papel da cobaia tem sido desempenhado essencialmente pelos povos das nações não-desenvolvidas, embora recentemente tenha começado a aparecer um papel semelhante para os cidadãos das classes sociais menos favorecidas das grandes potências, que são enviados para a guerra ou usados sem o saberem no “tempo-de paz”.

Mas a guerra continua a criar um terreno novo e horripilante para o acúmulo de lucro. No tráfico de crianças⁷, por exemplo, não se tem idéia de quantas são usadas para o mercado de pornografia⁸, para o transplante de órgãos⁹, para a escravidão¹⁰, como também quanto ao número em relação ao tráfico de aleijados de guerra¹¹, à prostituição ou venda para adoção por casais sem filhos. O tráfico de adultos, homens e mulheres, também se faz presente em quase todas as situações mencionadas acima, exceto para a adoção.

⁷Em La Repubblica de 17 de maio de 1994, há um artigo intitulado. “Onde foram parar as crianças desaparecidas de Sarajevo”? questionando o paradeiro das crianças evacuadas da guerra na Bósnia. O artigo cita números de dar calafrios na espinha das organizações humanitárias sobre o tráfico de crianças e relata o caso de uma menina de 14 anos que foi parar nas mãos de intermediários italianos, mas que conseguiu escapar. O fato também foi mencionado num artigo na revista semanal, Focus.

⁸ O número de crianças usadas no mercado de pornografia foi mencionado com crescente frequência pelos meios de comunicação em 1993-94.

⁹ As redes internacionais de criminosos e organizações criminosas com terminais legais estão crescendo em torno do transporte clandestino de órgãos. A este respeito, a televisão pública italiana transmitiu uma série de programas. Um dos mais polêmicos, em 5 de março de 1994, no canal dois, provou a relação entre estas organizações e os terminais legais na França.

¹⁰Vale a pena colocar a questão examinando o número incrível de estatísticas publicadas sobre a escravidão no mundo recente: 200 milhões no mundo, conforme o Economist de 6 de janeiro de 1990. 100 milhões são crianças, de acordo com IL Manifesto, de 8 de junho de 1994, que cita um relatório do UNICEF publicado na véspera

¹¹Il Mattino di Padova, 4 de junho de 1994, publicou um artigo sobre a descoberta e denúncia de uma organização que explorava mulheres e mutilados de guerra da ex-Yugoslávia. Em Mestre, Veneza, as mulheres foram trabalhar como prostitutas e os mutilados como mendigos.

É bem estranho que, ao abordar o desenvolvimento sustentável, também não seja levada em conta a insustentabilidade para a humanidade e o meio ambiente da forma que o desenvolvimento está assumido cada vez mais, ou seja, a guerra.

Nosso ponto de partida foi o cartaz com a imagem de Zapata que chegou até nós graças à revolta dos Chiapas, iniciando uma trégua de paz. Exibido como estandarte pelos trabalhadores de Milão, deu voz a duas grandes expropriações, a da terra e a do trabalho. Ao mesmo tempo em que levanta a questão da relação planejada hoje em dia entre trabalho assalariado e não assalariado, reforçada pelas lutas levantadas em todo o mundo por aqueles que foram expropriados. Que futuro há para o trabalhador não assalariado tanto no Terceiro como no Primeiro Mundo?

2. Zapata e as mulheres.

Pode parecer provocação, mas nunca é demais refletir que, ao relançar a questão cada vez mais séria da relação entre estes dois grandes setores de trabalho, o cartaz de Zapata também relança a questão feminista que emergiu e estimulou os movimentos das mulheres no começo da década de 70, ou seja o problema do trabalho não assalariado de reprodução da força de trabalho. A mulher é, na realidade, o trabalhador não assalariado por excelência que vivencia neste desenvolvimento uma contradição duplamente insustentável (Dalla Costa, M., 1994; Dalla Costa, G.F., 1989). De um lado, sua condição criada pelo desenvolvimento capitalista é insustentável na sua forma típica, nas 'áreas adiantadas' como trabalhador não assalariado, responsável pela reprodução da força de trabalho numa economia assentada sobre o trabalho assalariado. (Dalla Costa, M., James S. 1972). Por outro lado, sua situação de trabalhadora não assalariada tem se tornado cada vez mais insustentável numa economia de subsistência não assalariada, onde se vê progressivamente privada dos meios de realizar suas tarefas de reprodução para si própria e para a comunidade, pela expansão de relações capitalistas. A contradição e a conseqüente insustentabilidade da condição feminina não pode ser resolvida dentro do capitalismo, que é sua base. Para solucioná-la, é necessária uma concepção e organização de desenvolvimento totalmente diferente. Confirmando meu ponto de vista, as lutas das mulheres em torno de suas condições ampliam as demandas de outros sujeitos sociais não assalariados, fonte contínua de acúmulo de renda deste tipo de desenvolvimento.

Dentre os numerosos estudos, alguns (Michel, Agbessi dos Santos, Fatoumata Diarra, 1981, Michel 1988; Boserup, 1982; Shiva, 1990), ilustraram como a realização contínua de projetos capitalistas nas áreas rurais do Terceiro Mundo, além da expropriação da terra, dificulta cada vez mais às mulheres o acesso aos meios fundamentais de subsistência; da lã ao combustível, da água para uso doméstico e da forragem para os animais. Atualmente são necessárias horas ou dias de caminhada para conseguir os recursos para sua sobrevivência, que antes ficavam relativamente perto. Esses recursos também foram suprimidos pelo cercamento/apropriação/mercantilização/capitalização. As autoras feministas (Mies, 1992) registraram o paradoxo que culpa as mulheres por agressão ao meio ambiente, uma vez que desenvolvem atividades para garantir a sobrevivência e possuem proles numerosas. Supostamente, destroem as florestas, à procura de lenha; poluem e esgotam as fontes à procura de água; esgotam os recursos da terra quanto têm muitos filhos. Este é o típico caso dos culpados serem as vítimas. Ao mesmo tempo, seu trabalho e as suas condições de vida, e junto com eles toda a vida da comunidade são continuamente debilitados por políticas de endividamento impostas às populações do Terceiro Mundo pelas principais agências financeiras, dentre as quais uma delas, a expropriação/privatização das terras, assume um aspecto essencial (Dalla Costa M. e Dalla Costa G.F., eds., 1993).

Quando não está relacionada diretamente à expropriação e expulsão das comunidades rurais diretamente sem nada em troca, a proposta capitalista que se apresenta como 'alternativa de desenvolvimento' não só retira a subsistência garantida, substituindo-a por um salário incerto, como aprofunda a distância entre as condições masculinas e femininas. Ainda mais significativo a este respeito é o exemplo (Shiva, 1989) também citado por Mies (1992) das mulheres Chipko, que se opõem à derrubadas das árvores nas florestas do Himalaia para fins comerciais. Como acontece na maioria dos casos, os homens mostravam-se menos convictos a se opor, pois sentiam-se atraídos pela perspectiva de empregos nas serrarias.

Entretanto, uma das maiores dúvidas das mulheres relacionava-se com o quanto deste dinheiro/salário receberiam - e portanto se opuseram a uma hierarquia baseada em ter ou não ter um salário. Acima de tudo, levantaram a questão do que seria deles todos quando a floresta, base de subsistência, fosse engolida pelas serrarias, que seriam fechadas quando não houvesse mais madeira para cortar. As mulheres disseram claramente que não necessitavam de trabalhos do governo ou de particulares, contanto que tivessem suas terras e florestas.

Shiva (1989) nos apresenta muitos outros episódios deste tipo. Apreendeu-se a lição, depois de cinco séculos de repetição da cena, nos mais

longínquos cantos da terra, sedimentando a grande determinação de não colocar a vida nas mãos daqueles que planejam o desenvolvimento e o subdesenvolvimento¹², de deter os que estão mergulhando populações inteiras na total incerteza, que se não leva a fome hoje, o fará amanhã; uma determinação de não se deixarem transformar em mendigos ou moradores de campos de refugiados.

As posições e práticas ecofeministas que ligam a natureza, a mulher, a produção e o consumo numa única abordagem são sempre rotuladas como “romantismo” pelos estudiosos do sexo masculino. Só para levantar a mais simples das questões, podemos cogitar qual o valor que estes estudiosos atribuem ao direito de sobrevivência destas comunidades - e se há alguns deles cuja subsistência e sistema de vida são garantidos precisamente por essas práticas com a natureza, enquanto a “proposta de desenvolvimento” quase sempre pressupõe o sacrifício da grande maioria de seres humanos que formam estas comunidades. De forma significativa, Mary Mellor (1993) faz a seguinte observação a este respeito.: “Vejo tudo isso como algo que os homens devem provar como infundado, e não algo que as feministas tenham que justificar”.

Conforme podemos observar de forma cada vez mais nítida nas ‘cartas’ que os vários povos nativos elaboraram com o crescimento de seu desenvolvimento nas duas últimas décadas, junto com o direito à terra, ou seja o direito da sobrevivência/vida, há uma demanda cada vez mais forte em termos do direito à identidade, à dignidade, à sua própria história, à manutenção dos direitos complexos individuais e coletivos que pertencem a sua cultura, e o direito de planejar seu próprio futuro, partindo de suas próprias premissas. Obviamente, não temos a intenção aqui de passar por cima das contradições presentes nos costumes existentes e sistemas de normas, acima de tudo entre os homens e as mulheres. Sendo assim, o que precisa ser esclarecido de imediato é o fato de o desenvolvimento capitalista, longe de oferecer soluções para estes problemas, na maioria das vezes agrava-os. Os políticos que estão promovendo o desenvolvimento freqüentemente tentam suprimir os movimentos das mulheres que tratam dessas questões. Entretanto esses movimentos cresceram e desenvolveram inúmeras redes que lutam, denunciam e demonstram a forte determinação de mudar o estado de coisas que claramente prejudica a mulher.

A revolta de Chiapas serve de exemplo, uma vez que chamou a atenção internacional para a forma como as mulheres Maya definiram seus direitos em relação aos homens e à sociedade como um todo. O código de

¹²Uma descrição real da criação do subdesenvolvimento é encontrada para Port Harcourt na Nigéria por Silvia Federici (1992).

direitos¹³ surgiu do trabalho e dos debates de base realizados nas comunidades. Alguns direitos se referem ao plano econômico/social/civil, como por exemplo o de trabalhar, de ganhar um salário justo, o direito à educação, ao tratamento básico de saúde, à alimentação necessária para elas e suas crianças, o direito de decidir o número de filhos que querem ter e criar, a escolha de um companheiro sem necessariamente precisar se casar com ele, e a não sofrer qualquer tipo de violência dentro ou fora da família. Outros direitos estão relacionados com o plano político, como, por exemplo, o de tomar parte na administração da comunidade, de tomar posse se eleita democraticamente, e de assumir posições de responsabilidade no Exército Zapatista de Liberação Nacional (ZNLA). O código repete que as mulheres devem ter todos os direitos e obrigações que se originam das leis e direitos revolucionários. Até onde se sabe, as mulheres participam ativamente nos mais altos postos no ZNLA.

Estive em Chiapas no inverno de 1992-93, e em São Cristobal fui surpreendida pelos inúmeros cartazes colocados pelas ativistas dos direitos da mulher juntamente com os cartazes elogiando os heróis da guerrilha. Um ano mais tarde, o grande trabalho alcançado por essas mulheres ganhou alma nova e tornou-se conhecido em todo o mundo, mostrando o progresso atingido pela comunidade no que se refere às relações entre os sexos. É significativo que um ponto importante no código dos direitos das mulheres, que corresponde a centralidade adquirida por essa questão no mundo Ocidental, relacione-se com a violência. Gostaria simplesmente de acrescentar que, durante minha visita, um ano antes da revolta, disseram-me em San Cristobal que as mulheres Maya não queriam mais ter filhos nos hospitais com medo de serem violentadas - evidentemente que não pelos nativos.

Parece claro que a elaboração de seus direitos por essas mulheres não foi uma fase mística e improvável, 'após' o movimento que se inclinava para uma mudança radical no estado de coisas, mas era parte integral dele. O mesmo aconteceu na elaboração dos direitos pelas mulheres eritréias na guerra de liberação da Eritreia, repetindo-se em um número crescente de situações. Estes fatos mostram o quanto é frágil julgar uma ausência de movimento em sociedades "não-avançadas", atribuídas por uma suposta obediência à tradição.

¹³ Desde 1 de janeiro de 1994, o dia em que irrompeu a revolta, tem sido constante o fluxo de informações nos jornais. Na Itália, *Il Manifesto* e outros jornais relataram as duas maiores demandas dos rebeldes e juntamente com eles as das mulheres de Chiapas, considerando que estavam adiantadas. Dois artigos com as mesmas informações sobre as demandas como um todo e os detalhes de mobilização são os de Gomez (1994) e de Cleaver (1994). Uma análise resumida dos direitos que estão na Lei Revolucionária das Mulheres, pode ser encontrada em Coppo e Pisani (eds. 1994). Devo acrescentar que um livro imperdível por relatar a situação das mulheres Maya, desta vez na Guatemala é Burgos (1991), *Meu nome é Rigoberta Menchú*.

Gostaria também de sublinhar que o relacionamento com a natureza¹⁴ foi uma contribuição fundamental que recebemos dos movimentos das mulheres nativas. Entretanto, é muito difícil reconhecê-los como tal, devido às elaborações um tanto históricas dos intelectuais urbanos do sexo masculino, que tentam descobrir uma forma de modificar o mundo.

Conforme o movimento Chipko demonstra, como também muitos outros exemplos em várias partes do planeta, é cada vez maior a liderança das mulheres em movimentos que ligam a manutenção, o resgate e a reinterpretação da relação com a natureza à defesa da subsistência econômica e à conservação da identidade e dignidade cultural das suas comunidades/civilizações.

Em sua tarefa básica de reprodução de indivíduos em economias assalariadas e não-assalariadas, são os sujeitos não assalariados por excelência nos dois tipos de economia, e na medida em que têm suas possibilidades de subsistência autônoma minadas pela ação do desenvolvimento capitalista, as mulheres surgem como as intérpretes privilegiadas dos não assalariados quanto ao futuro da terra. Hoje sua crítica e contribuição teórica constituem um momento estratégico para a formulação de um desenvolvimento diferente, ou seja, para a reafirmação do direito de não se desenvolver contra sua própria vontade e interesses.

Por outro lado, o entrelaçamento internacional entre as intelectuais, as feministas e as mulheres engajadas de várias maneiras nas diferentes organizações referentes às condições das mulheres, ao desenvolvimento e aos povos nativos levou à percepção dessas experiências de resistência e de luta, estimulando também uma maior atenção das pesquisadoras italianas. Muitos destes movimentos conhecidos internacionalmente são citados por Cicoletta (1993). Um deles é o Movimento do Cinturão Verde (Green Belt Movement) fundado em 1977 pela queniana Wangari Mathai, que partindo da idéia de "reflorestamento para viver" criou cinturões verdes, em volta de 12 países africanos, onde as florestas tinham sido substituídas por espaços abertos. Em seguida, o grupo Gabriela nas Filipinas começou sua atividade salvaguardando uma montanha preciosa em termos de equilíbrio natural e de ecossistema frágil. A Rede do Terceiro Mundo (Third World Network), fundada por uma jurista chinesa, Yoke Ling Chee, visa formas de desenvolvimento que atendam verdadeiramente às necessidades humanas, acima de

¹⁴De qualquer forma, é preciso reconhecer que, nos últimos anos, mesmo em abordagens diferentes, houve um crescimento internacional na tentativa de ligar diferentes elaborações teóricas com as abordagens que focalizam a relação com a natureza, especialmente o marxismo e o ecologismo. A revista mais conhecida por publicar esta forma de debate é *Capitalismo. Natura. Socialismo*, que é claramente baseada em uma perspectiva eco-marxista. Nesta mesma revista, desenvolveu-se uma vasta discussão em torno das teses de O'Connor (1992) sobre a 'segunda contradição do capitalismo'. Quanto à relação entre a esquerda e as questões ecológicas, ver, dentre outros Ricoveri (1994).

tudo independente dos países industrializados. O Movimento Mapuche do Chile comandado por Alicia Nahelcheo, que já militou ativamente contra a ditadura de Pinochet, está hoje lutando contra projetos de desenvolvimento, contra a expropriação da terra para construir hidroelétricas e a agricultura comercial da auracária, cujo fruto é um gênero alimentício básico.

Porém estes são só alguns exemplos. Esperamos que as formas pelas quais estes numerosos homens e mulheres tentam continuamente garantir sua sobrevivência, opondo-se a este tipo de desenvolvimento, se multipliquem e brotem ainda mais longe. Ao mesmo tempo, há um crescimento intenso de iniciativas amplas a nível internacional¹⁵, projetadas para contestar a legitimidade e deter as orientações ditadas pelo Banco Mundial e pelo FMI. No nível social e econômico, estes são os pontos-chaves na gestão do desenvolvimento contemporâneo, como também os fatores principais da pobreza e degradação dos países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a crítica forte e as formas de luta e resistência contra este padrão de desenvolvimento deram origem a um debate cada vez mais amplo e articulado, durante o qual diversas interpretações do que deveria ser um desenvolvimento diferente emergiram. Os resumos recentes (Gisfredi, 1993) das posições principais enfatizam que o centro disso tudo está na importância do meio ambiente e do contexto cultural na elaboração de um projeto autóctone. Também enfatizam o significado das tipologias, que para identificar os objetivos fundamentais do desenvolvimento, listam as categorias de necessidades básicas, e não as que visam simplesmente a sobrevivência física, a segurança, o bem-estar, a identidade e a liberdade contra a violência, a pobreza material, a alienação e a repressão que caracterizam a forma com que são governados os países 'em desenvolvimento'.

A autoconfiança continua sendo fundamental para este tipo de abordagem, mobilizando todos os recursos materiais e humanos disponíveis a nível local e usando tecnologia compatível com o meio ambiente cultural e natural. Poderíamos listar muitas outras posições. Foram acrescentadas outras à cadeia de abordagens pelas necessidades básicas, autoconfiança e desenvolvimento ecológico, resumidas pela Fundação Dag Hammarskjöld (1975) em *E agora? Outro desenvolvimento (What now? Another development?)*, e desde então o debate tem evoluído. A idéia mais questionada é a

¹⁵ Só para mencionar duas iniciativas bem próximas, o Círculo dos Povos coordenado por uma ampla rede de associações na Conferência de Cúpula do Grupo dos Sete, em Nápoles, de 8-10 de julho. Nos primeiros dez dias de outubro, um grande número de associações estará participando da conferência de cúpula em Madrid durante as assembleias anuais do Banco Mundial e do FMI, marcando este ano o quinto aniversário de Bretton Woods e das organizações financeiras internacionais ali criadas. Para o mesmo evento, a Liga dos Direitos dos Povos está trabalhando na Fundação Lelio Basso, em Roma, para apresentar uma declaração nas instituições de Bretton Woods a ser publicada na conferência e em Madrid, semelhante à apresentada ao FMI na assembleia geral de Berlim, em 1988.

de 'desenvolvimento sustentável', uma vez que surgiu da famosa comissão mundial para o meio ambiente e desenvolvimento presidida por Gro Harlem Brundtland (1987). A crítica principal é que confunde o desenvolvimento com crescimento econômico e confunde o 'futuro de cada um' com o futuro do Primeiro Mundo.

De qualquer forma, fica claro que a definição de uma nova abordagem relacionada com o desenvolvimento só faz sentido até onde possa entender as demandas destes homens e mulheres, que até então pagaram um preço muito alto pelo desenvolvimento, e receberam o mínimo em troca. Também, à medida em que reconhece o direito a rejeitar o desenvolvimento, sempre que o povo o recusar, como acontece freqüentemente em várias partes do mundo. Neste sentido, Gustavo Esteva expressou o seguinte comentário em 1985, na conferência da Sociedade para o Desenvolvimento Internacional: "Meu povo está cansado de desenvolvimento, quer simplesmente viver" (Shiva, 1989, p 13).

Levando em consideração a perspectiva descrita acima, a análise da contribuição feita pelos movimentos que querem abordar a questão do desenvolvimento do ponto de vista feminista demonstra, ao meu ver, que as abordagens mais interessantes incluem o ecofeminismo, pois é o ponto de partida em relação à vida humana e à vida dos seres vivos em geral. Uma vez que aprecia o conhecimento e a sabedoria das mulheres em vez de depreciá-lo, o ecofeminismo também relançou uma abordagem que inclui a relação com a natureza como fonte de vida e de subsistência, o direito a autodeterminação, e a rejeição do modelo capitalista de desenvolvimento.

Acho que uma contribuição muito interessante pode ser a interseção entre este feminismo e o feminismo radicalmente anti-capitalista, que analisa a condição e lutas das mulheres e dos não assalariados neste modelo de desenvolvimento, levantando a questão em relação às perspectivas. Neste contexto, gostaria de lembrar brevemente a concepção de Vandana Shiva da natureza, que constitui a base de seu discurso.

Ela usa a leitura da cosmologia indiana na qual a natureza (Prakrti) é uma expressão de Sakti, o princípio feminino, energia primordial dinâmica, fonte de abundância. Juntando-se ao princípio masculino (Purusua), Prakrti cria o mundo. As mulheres, semelhantes aos outros seres humanos, tem em si próprias o princípio feminino e, portanto esta capacidade de criação e de manutenção da vida. De acordo com Vandana Shiva, a visão reducionista da sociedade ocidental continua a expulsar o princípio feminino da gestão da vida, interrompendo os ciclos de vida e portanto a própria regeneração da vida, gerando a destruição no seu lugar. A visão reducionista em relação à natureza e às mulheres garante que elas sejam relegadas a meios de produção de mercadorias e força de trabalho.

“As categorias patriarcais que entendem a destruição como ‘produção’ e regeneração da vida como ‘passividade’ geraram a crise de sobrevivência. A passividade, uma categoria assumida da “essência” da natureza e das mulheres, nega a atividade de natureza e de vida. A fragmentação e a uniformidade como categorias assumidas de progresso e desenvolvimento aniquilam as forças vivas que surgem das relações dentro da ‘teia de vida’ e a diversidade de elementos e padrões desses relacionamentos” (Shiva, 1989, -p. 3).

“Feminismo como ecologia, e ecologia como renascimento de Prakrti, a fonte de toda a vida, tornam-se as forças descentralizadas de transformação política e econômica e de reestruturação “(Shiva, 1989, p.7).

“As lutas ecológicas das mulheres contemporâneas são novas tentativas de se estabelecer que a firmeza e estabilidade não significa estagnação, e o equilíbrio com os processos ecológicos essenciais da natureza não é um retrocesso tecnológico, mas sim sofisticação tecnológica”(Shiva, 1989, p. 36).

Os movimentos nativos e o conhecimento das mulheres nativas nos trazem de volta o discurso sobre a terra, a água, as dádivas da natureza, que são as riquezas mais preciosas das antigas civilizações, e os segredos nunca antes revelados.

Mas, com a terra, também retorna para nós o potencial imenso da diversidade humana que tem conseguido resistir e preservar sua herança na civilização. E agora expressa de forma marcante a vontade de trabalhar o próprio futuro de forma autônoma. A necessidade de uma relação com a terra, de busca de liberdade, do tempo, e da libertação dos tipos de trabalho e das relações que o modelo de desenvolvimento capitalista quer continuar impondo, também representam um longo anseio da humanidade Ocidental expropriada. Talvez, justamente pelo fato de ter uma aceitação mundial tão ampla, como no caso da revolta dos Chiapas, muitos tenham tido o vislumbre da possibilidade real de um projeto de vida diferente, antes relegado com resignação à luta de um sonho impossível - um mundo onde a vida não seria só trabalho, nem a natureza cercada num parque onde as relações são pré-embaladas, pré-codificadas e fragmentadas em átomos. Fica evidente que uma vez tocadas as feridas dolorosas e profundas da humanidade Ocidental expropriada, todo o corpo da sociedade operária vibrou junto com os rebeldes de Chiapas, batendo mil chaves, transmitindo, declarando, apoiando. Mil braços e perdas moveram-se. Mil vozes foram ouvidas.

Com o crescimento dos movimentos nativos em todas as Américas e no mundo nos últimos vinte anos consolidaram-se as comunicações e os elos. As relações, as análises e as informações estão mais íntima e forte-

mente ligadas, especialmente mais recentemente em oposição ao Tratado Americano de Comércio Livre. E tudo isto tornou-se a questão primária de comunicação entre as ações dos diferentes setores no corpo social operário. Os trabalhadores e os não-nativos, os militantes dos movimentos ecológicos, os grupos feministas e os ativistas dos direitos humanos foram atraídos para uma ação completa de apoio, ajudando e monitorando de várias partes do mundo. Mas, em última análise, ficou claro que todos esses indivíduos se concentraram em grupos e associações por ter reconhecido suas próprias demandas nas demandas dos outros movimentos nativos; de ter presenciado sua própria liberação nas oportunidades de liberação dos movimentos nativos.

Os nativos trouxeram as chaves e colocaram-nas na mesa. Podem abrir outras portas para entrar no Terceiro Milênio. Lá fora, chegou toda a corrente, quebrando as margens de concreto e afogando a variedade de arroz de alta produtividade mais recente. Os camponeses pegam suas centenas de variedades de sementes, enquanto Aman lança suas raízes bem acima do nível da água.

Tradução do inglês para o português de Maria Lavínia Sobreira de Magalhães

Revisão técnico-científica de Alda Britto da Motta

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSERUP, E.
1982 *Il lavoro dell' donne. La divisione sessuale del lavoro nello sviluppo economico*, Turim: Rosenberg & Sellier.
- BURGOS, E.
1991 *Mi chiamo Rigoberta Menchù*. Florença: Giunti.
- CAFFENTZIS, G.
1993 La crisi del debito. In: DALLA COSTA, M., DALLA COSTA, G. F.(eds.). *África e sue principali implicazioni per la riproduzione sociale*.
- CLEAVER, H.
1977 Food. Famine and the international crisis. In: ZEROWORK. *Political Materials 2, Fall*.
- CLEAVER, H.

- 1994 L'insurrezione del chiapas e le prospettive della lotta di classe nel nuovo ordine mondiale. In: RIFF RAFF. mar.
- COPPO, P., PISANI, L. (a cura di)
1994 *Armi indiane, rivoluzione e profezie maya nel chiapas messicano*. Milão: Edizioni Colibri.
- CICOLELLA, O.
1993 Le donne tra crisi ambientale e sviluppo insostenibile, **Res**, n.7, jan/mar.
- DALLA COSTA, G. F.
1990 *La riproduzione nel sottosviluppo. Lavoro delle donne, famiglia e Stato nel Venezuela degli anni 70*. 2.ed. Milão: Angeli.
- DALLA COSTA, M., JAMES S.
1972 *The power of women and the subversion of the community*. Bristol: Falling Wall Press.
- DALLA COSTA, M.
1978 Note su La giornata lavorativa. In: *Marx, appunti da un dottorato del Capitale*. Pádua: Cleup.
- DALLA COSTA, M., DALLA COSTA, G. F. (eds.)
1993 *Donne e politica del debito. Condizione e lavoro femminile nella crisi del debito internazionale*. Milão: Angeli (a ser brevemente publicado por Zed Books, Londres).
- DALLA COSTA, M.
1994 Capitalismo e riproduzione. In: SEMINÁRIO WOMEN'S UNPAID LABOR AND THE WORLD SYSTEM, 1994, Tokyo: Japan Foundation (como parte da European Women's tour for Environmental Issues a ser publicado em italiano e em inglês)
- DAG HAMMARSKJOLD FOUNDATION
1975 *What now? Another development*. Uppsala.
- DEL GENIO, G.
1994 La Banca inonda il Bangladesh. *Capitalismo, natura, socialismo*. n. 1, jan/abr. The economist, 06/01/1990
- FEDERICI, S., FORTUNATI, L.
1984 *Il grande alibano. Storia del corpo sociale ribelle nella prima fase del capitale*, Milão: Angeli.
- FEDERICI, S.
1992 *Developin and underdevelopin*. Nigeria. In: MIDNIGHT notes collective.
- FEDERICI, S.
1993 Crisi economica e politica demografica nell'Africa sub-sahariana. Il caso della Nigeria, In: DALLA COSTA M., DALLA COSTA G. F. (eds.)
- FORTUNATI, L.
1981 *L'arcano della riproduzione, casalinghe, prostitute, operai e capitale*. Pádua: Marsilio.
- GISFREDI, P.
1993 Teorie dello sviluppo ed egemonia del Nord. *Res*, n.7, jan/mar.

GOMEZ, Luis E.

1994 La nuova cavalcata di Emiliano Zapata. In: RIFF RAFF, mar.

Il Manifesto, 08.02.1994.

Il Manifesto, 08.06.1994.

Il Mattino di Padova, 04.06.1994.

La Repubblica, 17.05.1994.

MARX, K.

1976 *Capital. A Critique of Political Economy*. Londres: Penguin.

MELLOR, M.

1992 *Breaking the Boundaries. Toward a feminist green socialism*. Londres: Virago Press.

MELLOR, M.

1993 Ecofemminismo e ecosocialismo. Dilemmi di essenzialismo e materialismo. In: *Capitalismo. Natura. Socialismo*. mar.

MICHEL, A., FATOUMATA DIARRA A., AGBESSI DOS SANTOS, H.

1981 *Femmes et multinationales*. Paris: Karthala.

MICHEL, A.

1988 Femmes et developpment en Amerique Latine et aux Caribe. *Recherches Feministes*, vol.1, n.2.

MICHEL, A.

1993 *Donne africane, sviluppo e rapporto Nord-Sud*. In DALLA COSTA M., DALLA COSTA, G. F. (eds.)

MIDNIGHT NOTES COLLECTIVE

1992 *Midnight oil, word, energy, War 1973-1992*. Nova Iorque: Midnight Notes, Autonomedia.

MIES, M.

1986 Patriarchy and accumulation on a world scale women. In: *THE INTERNATIONAL division of Labor*. Londres: Zed Books.

MIES, M., SHIVA, V.

1993 Ecofeminism. Londres: Zed Books.

MIES, M.

1992 *Global is in: the local*. Canaa (Relatório apresentado à Mount Saint Vincent University, Halifax), Canadá, 25.02.

O'CONNOR J.

1992 La seconda contraddizione del capitalismo cause e conseguenze. *Capitalismo, Natura, Socialismo*. n.6, dez.

RICOVERI, G.

1994 La sinistra fa fatica ad ambientarsi. *Capitalismo, Natura, Socialismo*, n.1, jan/abr.

SHIVA, V.

1989 *Staying alive. women, ecology and survival*. In: INDIA. Londres: Zed Books.

WAKEFIELD, E. Gibbon

1833 *England and America. A comparison of the social and political state of both nations*. Londres.

WOMEN'S ACTION AGENDA 21

1991 In: WORLD WOMEN'S CONGRESS FOR A HEALTHY PLANET, 8-12.11, Miami/Florida/EUA/Nova Iorque/ONY. (Relatório oficial).